

Data da aplicação: 09/12/2018

## CADERNO DE PROVA - TIPO ( 1 )

Nome:

Número do documento de identidade: -

Número de Controle:  
Sala:

### LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES, ANTES DE INICIAR A PROVA

#### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

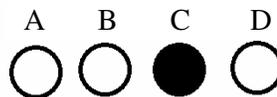
**1.1. Confira atentamente seus dados pessoais transcritos acima.**

- 1.2. Verifique se o Caderno de Provas contém 60 (sessenta) questões de múltipla escolha. Se este estiver incompleto ou apresentar qualquer defeito, informe ao fiscal para que sejam tomadas as devidas providências.
- 1.3. A prova terá duração de **três horas**, já incluído o tempo destinado à identificação – que será feita no decorrer da prova - e ao preenchimento da folha de resposta.
- 1.4. Não é permitido fazer perguntas durante a prova. Caso necessite de esclarecimento, levante o braço e aguarde o fiscal.
- 1.5. Só será permitido levar o Caderno de Prova a partir dos últimos 30 (trinta) minutos que antecedem o horário previsto para a conclusão da prova.
- 1.6. Não é permitido copiar suas respostas por qualquer meio.
- 1.7. Use caneta esferográfica azul ou preta para preencher sua folha de respostas.

#### 2. CUIDADOS AO MARCAR A FOLHA DE RESPOSTAS

**2.1. Existe mais de um tipo de prova. Verifique atentamente se o tipo indicado na folha de resposta corresponde ao tipo de prova que você recebeu. Caso haja divergência, comunique ao fiscal.**

- 2.2. A folha de respostas não poderá ser substituída por erro do candidato.
- 2.3. Assinale sua resposta de modo que fique bem visível, conforme o exemplo abaixo:



- 2.4. Ao terminar a prova, verifique cuidadosamente se passou todas as suas respostas para a folha de respostas.
- 2.5. Fatores que anulam uma questão:
  - 2.5.1. questão sem alternativa assinalada;
  - 2.5.2. questão com rasura;
  - 2.5.3. questão com mais de uma alternativa assinalada.

#### OBSERVAÇÕES:

- I - O gabarito oficial será divulgado no endereço eletrônico <http://concursos.acep.org.br/Aracati2018/2>, a partir do segundo dia útil imediatamente após a realização das provas.
- II - Outras informações relativas ao concurso estão disponíveis no endereço eletrônico: <http://concursos.acep.org.br/Aracati2018/2>.

---

# LÍNGUA PORTUGUESA

---

## TEXTO

### O futuro do emprego

1 No ritmo acelerado das tecnologias digitais e móveis, o futuro já começou a reorganizar as estruturas tradicionais de  
2 emprego e o mercado de trabalho. O que, por si só, já deixa qualquer um inquieto, somado a crises econômicas gera  
3 ainda mais preocupação com desemprego em massa e inadequação aos novos modelos. A isso ainda se acrescenta,  
4 no Brasil, a acalorada discussão sobre a proposta de reforma trabalhista do governo. Processos estão sendo  
5 automatizados, algoritmos e robôs estão substituindo pessoas e a inteligência artificial ameaça até mesmo atividades  
6 intelectuais.

7 Assim como o mercantilismo, no século 16, e a industrialização, no século 19, a atual revolução digital está alterando  
8 os modos de produção, as relações comerciais e de trabalho. O Banco da Inglaterra calcula que, nos próximos 10 a 20  
9 anos, as máquinas poderão ocupar 50% das vagas de emprego do país e dos Estados Unidos, incluindo funções  
10 administrativas, de escritório e de produção.

11 A notícia pode parecer ruim, mas não necessariamente. Enquanto alguns ofícios e profissões tendem a se  
12 desmanchar, novas atividades e vagas estão surgindo. A conectividade está transformando onde e como fazemos as  
13 coisas e criando a economia colaborativa. Apesar de assustadora, a automação promete liberar as pessoas de  
14 trabalhos mecânicos e repetitivos para exercer sua criatividade, raciocínio e habilidades sociais em atividades mais  
15 interessantes.

16 “O pagamento por hora (...) tende a ir se extinguindo e os trabalhadores passarão a ser mais cobrados e remunerados  
17 pelos resultados que gerarem no seu dia a dia, afirma Caroline Batista, especialista em autoliderança, uma categoria  
18 de *coaching* que nasceu em função da nova era. “As pessoas precisam assumir a gestão das suas carreiras. Essa é a  
19 melhor coisa que você pode fazer para não ser pego de surpresa. (...)”

Fonte: Renata Valério de Mesquita. Revista Planeta. Edição: 525.16/11/2016 (Disponível em: <https://www.revistaplaneta.com.br/o-futuro-do-emprego/>) Acesso em 30/09/2018.

01. Assinale a alternativa que, de acordo com o texto, expressa de forma explícita a principal razão que motiva uma reflexão sobre o futuro do emprego.

- A) No momento, os países estão enfrentando crises econômicas.
- B) A discussão sobre a reforma trabalhista do governo.
- C) Hoje, a inteligência artificial ameaça até mesmo atividades intelectuais.
- D) A atual revolução digital está alterando os modos de produção, as relações comerciais e de trabalho.

02. Segundo o texto, a notícia de que o mercado de trabalho está em mutação não é necessariamente ruim. Assinale a alternativa que justifica essa opinião.

- A) “Enquanto alguns ofícios e profissões tendem a se desmanchar, novas atividades e vagas estão surgindo.” (l.11-12)
- B) “Processos estão sendo automatizados, algoritmos e robôs estão substituindo pessoas e a inteligência artificial ameaça até mesmo atividades intelectuais.” (l.4-6)
- C) “(...) A atual revolução digital está alterando os modos de produção, as relações comerciais e de trabalho.” (l.7-8)
- D) “(...) Os trabalhadores passarão a ser mais cobrados e remunerados pelos resultados que gerarem no seu dia a dia.” (l.16-17)

03. No contexto comunicativo, o uso das palavras cria entre estas diferentes relações de sentido. Assinale a opção que estabelece o tipo de relação entre os três usos da palavra “vaga”, nas frases abaixo.

- I. (...) as máquinas poderão ocupar 50% das vagas de emprego do país e dos Estados Unidos (...). (l. 9)
  - II. Na previsão de ondas do mar, separam-se marulhos e vagas.
  - III. “Sorte é se abandonar e aceitar essa vaga ideia de paraíso que nos persegue ...” (Cazuza)
- A) Hiperonímia.
  - B) Homonímia.
  - C) Sinonímia.
  - D) Hiponímia.

04. Para compreender adequadamente o sentido do texto, será necessário identificar o antecedente da partícula “que”, no trecho “O **que**, por si só, já deixa qualquer um inquieto, somado a crises econômicas gera ainda mais preocupação com desemprego em massa e inadequação aos novos modelos.” (l. 2-3) Marque a alternativa em que se apresenta o trecho retomado pelo termo “que”, favorecendo a progressão temática e a coerência textual.

- A) “No ritmo acelerado das tecnologias digitais e móveis...” (l. 1)
  - B) “No ritmo acelerado das tecnologias ...” (l. 1)
  - C) “...o futuro já começou a reorganizar as estruturas tradicionais de emprego e o mercado de trabalho.” (l. 1-2)
  - D) “...as estruturas tradicionais de emprego e o mercado de trabalho.” (l. 1-2)
-

- 05.** Indique a alternativa em que, segundo o Acordo Ortográfico, não se usa hífen, tal como ocorre em autoliderança. (l.17)
- A) Decretolei, mal-humorado, benvindo.
  - B) Grãomestre, semvergonha, malestar.
  - C) Afrodescendente, malcriado, benfeitoria.
  - D) Malpassado, malhumorada, afroamericano.
- 06.** Assinale a alternativa em que se encontra a correta justificativa para o uso do acento nas palavras: “móveis”, “inteligência”, “econômicas”, “robôs”, encontradas no texto.
- A) A primeira palavra é oxítona, a segunda é terminada em ditongo decrescente (proparoxítona eventual ou aparente), a terceira e a quarta são paroxítonas.
  - B) A primeira palavra é paroxítona terminada em “ei”, “eis”, a segunda termina em ditongo crescente (proparoxítona eventual ou aparente), a terceira é proparoxítona e a quarta é oxítona terminada em vogal “a”, “e”, “o”.
  - C) A primeira palavra é proparoxítona, a segunda é terminada em ditongo decrescente (proparoxítona eventual ou aparente), a terceira é oxítona terminada em “ei”, “eis” e a quarta é paroxítona terminada em vogal “a”, “e”, “o”.
  - D) As três primeiras palavras são paroxítonas e a quarta é oxítona terminada em vogal “a”, “e”, “o”.
- 07.** Identifique a alternativa correta quanto à classificação de “A”, no período, “**A** isso ainda se acrescenta, no Brasil, a acalorada discussão sobre a proposta de reforma trabalhista do governo.” (l. 3-4).
- A) Pronome demonstrativo.
  - B) Preposição.
  - C) Artigo definido.
  - D) Pronome pessoal oblíquo.
- 08.** Observe o termo sublinhado, retirado do texto, e classifique-o quanto à sua função sintática “A notícia pode parecer **ruim**, mas não necessariamente.” (l. 11) Assinale a alternativa correta.
- A) Predicativo.
  - B) Objeto indireto.
  - C) Objeto direto.
  - D) Adjunto adnominal.
- 09.** Marque a alternativa em que, tal como ocorre em “As pessoas precisam assumir...: (l. 18), a forma infinitiva do verbo não deve ser flexionada.
- A) É importante as crianças obedecer aos pais.
  - B) O professor mandou os alunos levantar-se.
  - C) Vimos os olhos da criança brilhar de alegria.
  - D) Viu-as entrar e sentar-se na primeira fila.
- 10.** No período: “Essa é a melhor coisa que você pode fazer para não ser **pego** de surpresa.” (l.18-19), encontra-se uma forma de particípio, considerada irregular. Assinale a alternativa em que se encontra uma construção correta com particípio irregular.
- A) O professor e dois bolsistas já tinham inscrito os calouros.
  - B) O turista havia salvo o banhista na praia.
  - C) Os clientes tinham ganho um desconto na loja.
  - D) Pedro tinha preso o animal, hoje cedo.
- 11.** Indique a alternativa correta quanto ao número e classificação dos períodos, considerando o trecho: “Enquanto alguns ofícios e profissões tendem a se desmanchar, novas atividades e vagas estão surgindo” (l.11-12).
- A) Um período simples.
  - B) Um período composto por subordinação.
  - C) Um período composto por coordenação e subordinação.
  - D) Um período composto por coordenação.
- 12.** Assinale a alternativa correta em relação ao trecho sublinhado, no período: “Apesar de assustadora, a automação promete liberar as pessoas de trabalhos mecânicos e repetitivos **para exercer sua criatividade**.” (l.13-14)
- A) Oração subordinada substantiva reduzida de particípio.
  - B) Oração subordinada adverbial concessiva.
  - C) Oração subordinada substantiva objetiva direta.
  - D) Oração subordinada adverbial final.
- 13.** Na oração “O que, por si só, já deixa qualquer um inquieto...” (l. 2), o termo “**qualquer um**” classifica-se como:
- A) objeto direto.
  - B) objeto indireto.
  - C) sujeito.
  - D) predicativo do sujeito.

14. Assinale a alternativa que apresenta palavras pertencentes à mesma família, ou seja, ao conjunto de palavras que têm o mesmo radical, como “emprego” e “desemprego”.
- A) Reduzir, reciclar, reflorestar.  
B) Semente, sêmen, sementeira.  
C) Adivinhar, adivinhação, advento.  
D) Vida; evidência; evidente.
15. Após análise do trecho reproduzido a seguir, indique a alternativa correta quanto à classificação das palavras sublinhadas: “...os trabalhadores passarão a ser mais cobrados e remunerados pelos resultados que gerarem no seu dia a dia...” (l. 16-17)
- A) Pronome pessoal átono; substantivo.  
B) Preposição; adjetivo.  
C) Pronome demonstrativo; advérbio.  
D) Pronome relativo; substantivo.
16. Considerando a concordância verbal no período: “...as máquinas poderão ocupar 50% das vagas de emprego do país e dos Estados Unidos.” (l. 9), marque a alternativa em que a concordância está correta.
- A) Não só eu mas também os corretores visitou os imóveis.  
B) Cerca de duzentas pessoas registrou queixa.  
C) Apenas um ou outro aluno estudou para o concurso.  
D) Mais de um cliente reclamaram da qualidade dos produtos.

## RACIOCÍNIO LÓGICO E QUANTITATIVO

17. Uma grande empresa gasta, conjuntamente em suas três unidades, cerca de 45.000 reais mensais em materiais de consumo, os quais podem ser classificados nas rubricas “materiais de escritório”, “materiais de limpeza” e “outros gastos”. As três unidades da empresa têm 100, 200 e 300 empregados, e o almoxarifado da empresa sabe, por levantamentos históricos, que cada unidade gasta, em cada rubrica de materiais de consumo, um valor proporcional à respectiva quantidade de empregados. Sabendo que o gasto geral da empresa com materiais de escritório é de 15.000 reais, e que o gasto com materiais de limpeza excede outros gastos em 6.000 reais, pode-se afirmar que:
- A) a unidade de 200 funcionários gasta 6.000 reais em materiais de limpeza.  
B) a unidade de 200 funcionários gasta 6.000 reais em materiais de escritório.  
C) a unidade de 300 funcionários gasta mais de 7.800 reais em materiais de escritório.  
D) a unidade de 100 funcionários gasta mais de 2.500 reais em outros gastos.
18. Uma urna contém dez bolas, numeradas de 1 a 10. Cinco bolas são retiradas da urna, sem reposição. A probabilidade de que as bolas com os números 4 e 5 sejam duas das retiradas é:
- A)  $\frac{2}{9}$ .  
B)  $\frac{1}{4}$ .  
C)  $\frac{1}{5}$ .  
D)  $\frac{1}{9}$ .
19. Três motoristas idosos e sete sem prioridade estacionam seus carros em um estacionamento com quatro vagas para idosos e doze vagas para motoristas sem prioridade. Supondo que nenhum motorista sem prioridade estacionou em uma vaga para idosos, mas que os idosos não necessariamente estacionaram nas vagas destinadas só a eles, assinale a opção que traz o número de maneiras distintas pelas quais os motoristas podem parar seus carros.
- A)  $\binom{4}{3}\binom{12}{7} + \binom{4}{2}\binom{12}{8} + \binom{4}{1}\binom{12}{9} + \binom{4}{0}\binom{12}{10}$ .  
B)  $\binom{4}{3}3!\binom{12}{7}7! + \binom{4}{2}2!\binom{12}{8}8! + \binom{4}{1}\binom{12}{9}9! + \binom{4}{0}\binom{12}{10}10!$ .  
C)  $\binom{4}{3}\binom{3}{3}3!\binom{12}{7}7! + \binom{4}{2}\binom{3}{2}2!\binom{12}{8}8! + \binom{4}{1}\binom{3}{1}\binom{12}{9}9! + \binom{4}{0}\binom{3}{0}\binom{12}{10}10!$ .  
D)  $\binom{4}{3}3!\binom{12}{7}7!$ .

20. Joaquim foi mostrar ao seu neto a coleção de selos de seu bisavô. Ao folhear a pasta em que os selos estavam dispostos, o neto notou que havia selos de 32 centavos, de 29 centavos e de 3 centavos. O neto notou também que havia 10 selos de 32 centavos a mais que selos de 29 centavos, e 5 selos de 29 centavos a mais que selos de 3 centavos. Joaquim, então, viu que seu bisavô guardou o recibo de compra dos selos, no valor de 9,45. Quantos selos havia ao todo?

- A) 10.  
B) 35.  
C) 20.  
D) 28.

21. Os números reais  $a$  e  $b$  são as raízes da equação de segundo grau  $x^2 - 5x + 2 = 0$ . Assinale a opção correta.

- A)  $a + b = 2$ .  
B)  $ab = 5$ .  
C)  $1/a + 1/b = 5$ .  
D)  $a^2 + b^2 = 21$ .

22. Uma roleta tem gravados os números de 0 a 36. A casa do número 0 está pintada de cinza, enquanto as casas dos números ímpares estão pintadas de preto e as dos números pares (de 1 a 36) estão pintadas de vermelho. Ao giro da roleta, uma possível aposta permitida é pôr R\$ 1 em uma cor (vermelha ou preta), ganhando R\$ 2 em caso de acerto. Entretanto, se 0 for o número ganhador na rodada, então a banca de apostas ganha e todos os apostadores perdem. Se  $X$  é a variável aleatória que mede o retorno financeiro de uma aposta, então os possíveis valores de  $X$  são  $x_1 = -1$  e  $x_2 = 1$ . A esse respeito, pode-se afirmar que:

- A) a probabilidade de  $X$  ser igual a  $x_1$  é  $P(X = x_1) = \frac{18}{37}$ .  
B) a probabilidade de  $X$  ser igual a  $x_2$  é  $P(X = x_2) = \frac{19}{37}$ .  
C) o valor esperado de  $X$  é  $E(X) = \frac{1}{37}$ .  
D) o valor esperado de  $X$  é  $E(X) = -\frac{1}{37}$ .

23. André, Brena, Cláudio e Daniela vão estudar na mesa da sala. As matérias do dia são Matemática, Português, Inglês e Biologia, e cada um deles estudará somente uma das matérias, de acordo com as seguintes regras:

- I. Cláudio não estudará Matemática.  
II. Brena estudará Matemática ou Biologia.  
III. Se Cláudio estudar Português, então André estudará Matemática.  
IV. Daniela estudará Português ou Inglês.

Qual das alternativas é uma possível lista de matérias que cada um estudará?

- A) André: Biologia; Brena: Matemática; Cláudio: Português; Daniela: Inglês.  
B) André: Matemática; Brena: Biologia; Cláudio: Português; Daniela: Inglês.  
C) André: Matemática; Brena: Português; Cláudio: Biologia; Daniela: Inglês.  
D) André: Inglês; Brena: Biologia; Cláudio: Matemática; Daniela: Português.

24. Uma variável aleatória  $X$  assume os valores 0, 1, 2, 3, de forma que a probabilidade de  $X$  assumir o valor  $k$  vale

$$P(X = k) = \frac{3}{k} \left(\frac{1}{3}\right)^k \left(\frac{2}{3}\right)^{3-k}, \text{ para } 0 \leq k \leq 3. \text{ Pode-se afirmar que:}$$

- A) a distribuição de probabilidade correspondente é normal.  
B) o valor esperado de  $X$  é  $E(X) = 2/3$ .  
C) a variância de  $X$  é  $Var(X) = 2/3$ .  
D)  $P(|X - 1| > 1) = 0$ .

## CONHECIMENTOS SOBRE O MUNICÍPIO DE ARACATI

25. Na metade do século XVIII, a cidade de Aracati tornou-se o principal núcleo urbano do Ceará. Este crescimento ocorreu devido:

- I. à importação do charque de Pernambuco.  
II. ao fato de Aracati exercer função de entreposto comercial, que atuava como porta de entrada de produtos vindos de Pernambuco/Portugal.  
III. à cidade ser ponto de exportação de gêneros produzidos no vale do Jaguaribe.  
IV. à cidade ter posição privilegiada, ou seja, mais próxima de Recife e Salvador.

Assinale a alternativa que contempla afirmativas corretas.

- A) I, II e III.  
B) II, III e IV.  
C) I, III e IV.  
D) I, II, e IV.

26. A ecomuseologia é uma forma de museu sem muros, comprometida com o meio ambiente e o bem-estar social das pessoas que moram e vivem nesses territórios. Em Aracati, existe uma comunidade que desenvolve um trabalho, em forma de museu aberto, de valorização e defesa do patrimônio cultural presente em seu território. Esta comunidade denomina-se:
- A) Comunidade Quilombola do Estevão.
  - B) Comunidade Quilombola Canavieira.
  - C) Comunidade Quilombola do Cumbe.
  - D) Comunidade Quilombola Beirada.
27. No período colonial, em Aracati, “o modelo arquitetônico do telhado das casas para frente, de bica, beira e sobre-beira, se era, de um lado, uma adaptação ao clima, era de outra parte, também, um símbolo de status social”, Leal (1995). Assim, originou-se o tão afamado adágio popular, “é um fulano sem eira nem beira”. Este adágio foi herdado do modelo arquitetônico da casa que:
- A) possuía, bica, beira e sobre-beira.
  - B) possuía, a bica e beira.
  - C) possuía a bica.
  - D) possuía a sobre-beira.
28. Devido ao crescimento do povoado, na época colonial, Aracati foi elevado à categoria de vila denominada Santa Cruz de Aracati. Sobre este fato, pode-se afirmar que:
- A) foi elevado à condição de vila em 1738 (a primeira do interior cearense).
  - B) foi elevado à condição de vila devido a sua posição estratégica como ponto de passagem de “estradas sertanejas”.
  - C) foi elevado à condição de vila, pois abastecia parte dos sertões cearenses, piauienses e paraibanos.
  - D) foi elevado à condição de vila pelo seu progresso, pois foi considerado o pulmão da economia cearense.
29. Com o declínio das charqueadas, no final do século XVIII, ocorre uma queda do comércio na região do Aracati. Contudo, o equilíbrio comercial da referida cidade foi restabelecida pela (o):
- A) Cotonicultura.
  - B) Canavial.
  - C) Carcinicultura.
  - D) Extração de ouro.
30. Uma das principais fontes de economia do Município de Aracati é o turismo. O ponto turístico que faz o Município ser reconhecido no âmbito nacional e internacional é:
- A) a Praia de Canoa Quebrada.
  - B) a Praia de Majorlândia.
  - C) a Praia de Quixaba.
  - D) a Praia das Fontes.

---

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

---

31. Considerando a regulação das obrigações solidárias no Código Civil brasileiro, marque o item verdadeiro.
- A) Há solidariedade passiva, quando, na relação obrigacional, figuram dois ou mais devedores, igualmente responsáveis pelo adimplemento de apenas sua parte, respondendo pela do outro em caso de insolvência.
  - B) O devedor, exonerado da solidariedade, responde pelo devedor insolvente, a não ser que prove o desconhecimento da insolvência quando da concessão do benefício.
  - C) O credor que tiver remetido a dívida, ou recebido o pagamento, responderá aos outros pela parte que lhe caiba.
  - D) A solidariedade putativa só pode ser originária da lei.
32. Acerca do assunto “prescrição”, segundo a legislação civil brasileira, pode-se assinalar, de maneira irrepreensível, que:
- A) prescreve em um ano a pretensão de ressarcimento de enriquecimento sem causa.
  - B) prescreve em três anos a pretensão de reparação civil.
  - C) prescreve em dois anos a pretensão de restituição dos lucros ou dividendos recebidos de má-fé, correndo o prazo da data em que foi deliberada a distribuição.
  - D) prescreve em quatro anos a pretensão do vencedor para haver do vencido o que despendeu em juízo.
33. Considerando a teoria do “*numerus clausus*” e o Código Civil brasileiro, atualmente vigente, assinale a alternativa que não constitui direito real.
- A) O penhor.
  - B) A locação imobiliária urbana com cláusula de vigência no cartório de registro de imóveis.
  - C) A anticrese.
  - D) A concessão de uso especial para fins de moradia.

- 34.** O Município de Aracati deseja adquirir uma casa para servir de creche para crianças do Bairro “Aterro”. A aquisição conta com a concordância da vendedora, tendo sido respeitados todos os requisitos da Lei de Licitações. Acerca do contrato de compra e venda e as negociações é correto afirmar que:
- A) na falta de acordo entre a Administração e o particular, por ter havido diversidade de preço, prevalecerá o valor mais benéfico para a administração, acrescido de 10% sobre o valor pago.
  - B) até o momento da tradição, os riscos da coisa e do preço correm por conta do particular.
  - C) o contrato de compra e venda, obrigatoriamente, deverá ser precedido de um contrato preliminar do tipo promessa.
  - D) as despesas de escritura e registro, salvo cláusula em contrário, ficarão a cargo do comprador.
- 35.** O artigo 9º do Código de Processo Civil de 2015 prescreve que “não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida”. Trata-se de posituação do princípio da vedação à decisão surpresa. O parágrafo único do supracitado artigo prevê uma série de exceções a esta regra. Analise as afirmativas a seguir.
- I. A tutela provisória de urgência, cautelar ou antecipada.
  - II. A tutela provisória de evidência, quando ficar caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório da parte.
  - III. A tutela provisória de evidência, quando as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documental e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante.
  - IV. A tutela provisória de evidência, quando se tratar de pedido reipersecutório fundado em prova documental adequada do contrato de depósito, caso em que será decretada a ordem de entrega do objeto custodiado, sob cominação de multa.
- São exceções legalmente previstas:
- A) Os itens I, II e III
  - B) Os itens I, II e IV
  - C) Os itens I, III e IV
  - D) Os itens II, III e IV
- 36.** No que tange ao procedimento da tutela antecipada requerida em caráter antecedente, é correto afirmar que:
- A) nos casos em que a urgência for contemporânea à propositura da ação, a petição inicial pode limitar-se ao requerimento da tutela, antecipada ou cautelar, e à indicação do pedido de tutela final, com a exposição da lide, do direito que se busca realizar e do perigo de dano ou do risco ao resultado útil do processo.
  - B) concedida a tutela antecipada, o autor deve aditar a petição final com a complementação de sua argumentação, a juntada de novos documentos e a confirmação do pedido de tutela final, no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, diante da urgência.
  - C) a tutela antecipada, concedida nos termos do art. 303, torna-se estável se, após aditada a petição inicial, o réu não oferecer contestação.
  - D) não realizado o aditamento à petição inicial, o processo será extinto sem resolução do mérito.
- 37.** Sobre a ação rescisória, assinale a alternativa correta.
- A) Atos homologatórios praticados no curso da execução não estão sujeitos à rescisão, mas a anulação.
  - B) A ação rescisória deve ser instruída com prova pré-constituída, sob pena de rejeição liminar da demanda.
  - C) A suspeição fundada do magistrado enseja a propositura de ação rescisória contra a sentença que ele tenha prolatado.
  - D) Para a admissão da petição inicial da rescisória deverá o autor depositar a importância de 2% sobre o valor da causa, a título de multa, caso a ação seja, por unanimidade de votos, declarada inadmissível, ou improcedente.
- 38.** Considere a seguinte situação hipotética.
- Em determinado processo, Afonso ingressou com recurso especial, alegando que o acórdão recorrido violou lei federal e contrariou jurisprudência dada por outro tribunal. O presidente do TJ, porém, em decisão monocrática, negou seguimento ao recurso, considerando, simultaneamente, que o recurso carecia de pressuposto de admissibilidade recursal e que o acórdão impugnado estava em conformidade com precedente em sede de recurso repetitivo firmado pelo STJ. Nessa situação, de quais medidas recursais poderá Afonso se valer para impugnar esta decisão monocrática?
- A) Embargos de declaração e, após o julgamento deste, agravo interno.
  - B) Embargo de declaração e, após o julgamento deste, agravo em recurso especial.
  - C) Agravo interno e, simultaneamente, agravo em recurso especial.
  - D) Mandado de segurança, pois não existe recurso previsto em lei para essa situação.
- 39.** A Constituição Federal de 1988 prevê extenso rol de competências constitucionais, determinando as matérias em que cada ente federativo poderá legislar, seja de forma privativa, seja de forma concorrente ou suplementar. Tendo em vista este rol, e considerando o entendimento dos tribunais superiores acerca do tema, pode-se afirmar que é constitucional:
- A) Lei estadual que disponha sobre bloqueadores de sinal de celular em presídio.
  - B) Lei estadual que estabeleça regras para a cobrança de estacionamento de veículos.
  - C) Lei estadual que permita o comércio de artigos de conveniência em farmácias e drogarias.
  - D) Lei estadual que defina normas de processo e julgamento de crimes de responsabilidade do Governador e Secretários do Estado.

40. São títulos executivos judiciais:

- A) a decisão homologatória de autocomposição judicial de qualquer natureza e a certidão de dívida ativa da Fazenda Pública.
- B) a sentença arbitral e a sentença estrangeira homologada pelo STJ.
- C) a decisão interlocutória estrangeira, após a concessão do “*exequatur*” à carta rogatória pelo STJ, e o crédito decorrente de foro e laudêmio.
- D) o instrumento de transação referenciado por conciliador credenciado por tribunal e a sentença arbitral.

41. “Se alguns setores da sociedade reputam moralmente reprovável a antecipação terapêutica da gravidez de fetos anencéfalos, relembro-lhes de que essa crença não pode conduzir à incriminação de eventual conduta das mulheres que optarem em não levar a gravidez a termo. O Estado brasileiro é laico e ações de cunho meramente imorais não merecem a glosa do Direito Penal.

A incolumidade física do feto anencéfalo, que, se sobreviver ao parto, o será por poucas horas ou dias, não pode ser preservada a qualquer custo, em detrimento dos direitos básicos da mulher. No caso, ainda que se conceba o direito à vida do feto anencéfalo – o que, na minha óptica, é inadmissível, consoante enfatizado –, tal direito cederia, em juízo de ponderação, em prol dos direitos à dignidade da pessoa humana, à liberdade no campo sexual, à autonomia, à privacidade, à integridade física, psicológica e moral e à saúde, previstos, respectivamente, nos artigos 1º, inciso III, 5º, cabeça e incisos II, III e X, e 6º, cabeça, da Carta da República.

Os tempos atuais, realço, requerem empatia, aceitação, humanidade e solidariedade para com essas mulheres. Pelo que ouvimos ou lemos nos depoimentos prestados na audiência pública, somente aquela que vive tamanha situação de angústia é capaz de mensurar o sofrimento a que se submete. Atuar com sapiência e justiça, calcados na Constituição da República e desprovidos de qualquer dogma ou paradigma moral e religioso, obriga-nos a garantir, sim, o direito da mulher de manifestar-se livremente, sem o temor de tornar-se ré em eventual ação por crime de aborto.

Ante o exposto, julgo procedente o pedido formulado na inicial, para declarar a inconstitucionalidade da interpretação segundo a qual a interrupção da gravidez de feto anencéfalo é conduta tipificada nos artigos 124, 126, 128, incisos I e II, do Código Penal brasileiro”

O trecho acima é reprodução da última página do voto do relator da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 54/DF, quando do julgamento desta. Trata-se de uma das mais repercutidas decisões tomadas pelo Supremo Tribunal Federal no século XXI, tanto pela relevância social da questão posta como pela relevância técnica da posição expressamente adotada pela Corte, ao concretizar limite de interpretação constitucional há muito debatido na doutrina.

De acordo com o entendimento doutrinário majoritário, o entendimento esposado nesta decisão constituiu:

- A) decisão interpretativa de rechaço.
- B) decisão interpretativa de aceitação.
- C) decisão manipuladora aditiva.
- D) decisão manipuladora substitutiva.

42. Dentre as competências privativas do Presidente da República, algumas podem ser delegadas aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado Geral da União. Dentre as afirmativas abaixo, são competências delegáveis:

- I. Dispor por decreto sobre extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos.
  - II. Conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei.
  - III. Prover os cargos públicos federais, na forma da lei.
  - IV. Conferir condecorações e distinções honoríficas.
- Marque a alternativa que contém as afirmativas corretas.

- A) I, II e III
- B) I, II e IV
- C) I, III e IV
- D) II, III e IV

43. Analise as seguintes afirmações, acerca da representação de inconstitucionalidade em face de Constituição Estadual.

- I. Constituição Estadual pode instituir outros legitimados que não encontrem correspondência no art. 103 da CF/88 para a propositura de representação estadual de inconstitucionalidade que a tenha como parâmetro, vedada a atribuição a apenas um único legitimado.
- II. Tribunal de Justiça estadual pode julgar representação de inconstitucionalidade contra lei municipal tendo como parâmetro norma da Constituição Federal, desde que se trate de normas de reprodução obrigatória pelos estados ou pelo Distrito Federal.
- III. Não é possível a modulação de efeitos pelo STF, em recurso extraordinário interposto contra decisão de Tribunal de Justiça que julgou representação de inconstitucionalidade, pois não é possível modulação em controle incidental de constitucionalidade.

Assinale a alternativa que apresenta entendimentos expressos pelo Supremo Tribunal Federal.

- A) I e II.
- B) I e III.
- C) II e III.
- D) I, II e III.

**44.** Sobre as disposições constitucionais acerca da ordem econômica e financeira, é correto afirmar que:

- A) o tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte e cooperativas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País é um dos princípios da ordem econômica brasileira.
- B) a lei disciplinará, com base no interesse nacional, os investimentos de capital estrangeiro, incentivará os reinvestimentos e regulará a remessa de lucros.
- C) ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional, conforme definidos em lei.
- D) as jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem aos Estados e Distrito Federal, garantida ao concessionário a propriedade do produto da lavra.

**45.** Assinale a alternativa que corresponde ao entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça acerca de títulos de crédito.

- A) A nota promissória vinculada a contrato de abertura de crédito goza de autonomia em razão da liquidez do título que a originou.
- B) A simples devolução indevida de cheque não caracteriza dano moral.
- C) Em ação monitória fundada em cheque prescrito ajuizada contra o emitente, é indispensável a menção ao negócio jurídico subjacente à emissão da cédula.
- D) O endossatário de título de crédito por endosso-mandato só responde por danos decorrentes de protesto indevido se extrapolar os poderes de mandatário.

**46.** Acerca dos conceitos de empregador, empregado e grupo econômico, analise as afirmativas a seguir.

- I. Considera-se empregador a empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviço.
- II. Equiparam-se ao empregador, para os efeitos exclusivos da relação de emprego, os profissionais liberais, as instituições de beneficência, as associações recreativas ou outras instituições sem fins lucrativos, que admitirem trabalhadores como empregados.
- III. Sempre que uma ou mais empresas, tendo, mesmo, cada uma delas, personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção, controle ou administração de outra, ou ainda quando, mesmo guardando cada uma sua autonomia, integrem grupo econômico, serão responsáveis pessoalmente pelas obrigações decorrentes da relação de emprego.
- IV. Não caracteriza grupo econômico a mera identidade de sócios, sendo necessárias, para a configuração do grupo, a demonstração do interesse integrado ou a efetiva comunhão de interesses ou a atuação conjunta das empresas dele integrantes.

Estão corretas as afirmativas:

- A) I e II.
- B) I e III.
- C) II e IV.
- D) III e IV.

**47.** Tendo em vista o entendimento sumulado do Tribunal Superior do Trabalho acerca da decadência na ação rescisória, assinale a alternativa correta.

- A) O prazo de decadência, na ação rescisória, conta-se do dia imediatamente subsequente ao trânsito em julgado da última decisão de mérito proferida na causa.
- B) O juízo rescindente está adstrito à certidão de trânsito em julgado juntada com a ação rescisória, devendo formar sua convicção através de outros elementos dos autos, quanto à antecipação ou postergação do "*dies a quo*" do prazo decadencial.
- C) O acordo homologado judicialmente tem força de decisão irrecurável, na forma do art. 831 da CLT. Assim sendo, o tempo conciliatório transita em julgado no dia imediatamente subsequente à data da sua homologação judicial.
- D) Prorroga-se até o primeiro dia útil, imediatamente subsequente, o prazo decadencial para ajuizamento de ação rescisória quando expira em férias forenses, feriados, finais de semana ou em dia em que não houver expediente forense.

**48.** Considerando o teor das súmulas vinculantes aprovadas em matéria de Direito Tributário, é correto afirmar que:

- A) é constitucionalmente vedada a cobrança de taxa exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis.
- B) a exigência de depósito prévio como requisito de admissibilidade de ação judicial na qual se pretenda discutir a exigibilidade de crédito tributário é constitucional.
- C) é constitucional a adoção, no valor de taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, ainda que haja integral identidade entre uma base e outra.
- D) ainda quando alugado a terceiros, permanece imune ao IPTU o imóvel pertencente a qualquer das entidades referidas pelo art. 150, VI, "c", da Constituição Federal, desde que o valor dos aluguéis seja aplicado nas atividades para as quais tais entidades foram constituídas.

49. A Constituição Brasileira de 1988 amparou o princípio da não afetação, ao prescrever que é vedada a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa. Não constitui exceção constitucional a este princípio:
- A) a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde.
  - B) a destinação de recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino.
  - C) a concessão de empréstimos pelo governo federal para pagamentos de despesas com pessoal ativo, inativo ou pensionista dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
  - D) a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita.
50. Visando à construção de complexo de hotéis na orla do Município de Aracati, o consórcio de empresas responsável pela obra solicitou ao órgão ambiental competente a emissão de licença ambiental. Porém, entendendo que a obra é potencialmente causadora de degradação ao meio ambiente, o órgão exigiu do consórcio a apresentação de estudo de impacto ambiental como requisito prévio à emissão da licença. Segundo a doutrina majoritária, a exigência foi correta, em atenção ao princípio ambiental:
- A) da prevenção.
  - B) do usuário-pagador.
  - C) do poluidor-pagador.
  - D) da proibição do retrocesso ecológico.
51. Conforme previsão contida na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), assinale a alternativa correta quanto ao meio através do qual a transparência será assegurada.
- A) Liberação ao pleno conhecimento somente dos entes públicos, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira.
  - B) Incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos.
  - C) Adoção de sistema integrado de gestão financeira e controle, que atenda aos máximos padrões de qualidade estabelecidos pelo mercado financeiro.
  - D) Liberação ao acompanhamento da comunidade e dos entes públicos, de dados detalhados sobre a execução contábil, em meios aptos de comunicação pública e privada.
52. No tocante ao Sistema Tributário Nacional e às limitações ao poder de tributar, marque a alternativa correta.
- A) É constitucional à União tributar a renda das obrigações da dívida pública dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.
  - B) É constitucional à União instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.
  - C) É constitucional à União instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional, vedada a concessão de incentivos fiscais de qualquer natureza.
  - D) É vedado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.
53. No tocante à responsabilidade tributária e de acordo com as disposições do Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta.
- A) Os sócios e gerentes são objetivamente responsáveis pelos créditos correspondentes às obrigações tributárias das respectivas pessoas jurídicas, resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos.
  - B) Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem, subsidiariamente com este, os pais, pelos tributos devidos por seus filhos menores.
  - C) A responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora, ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração.
  - D) A pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão, transformação ou incorporação de outra ou em outra, não responde pelos tributos devidos pelas pessoas jurídicas de direito privado fusionadas, transformadas ou incorporadas, posto que cada uma das pessoas responda por suas responsabilidades autônomas.
54. No tocante ao que dispõe a Lei nº 8.429/92, denominada Lei de Improbidade Administrativa, assinale a assertiva correta.
- A) Pode ser responsabilizado por ato de improbidade administrativa não apenas o agente público, mas igualmente o particular ou o terceiro que induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta.
  - B) Pode ser responsabilizado por ato de improbidade administrativa apenas o agente público que tenha enriquecido ilícitamente no exercício de mandato, cargo, emprego ou função pública.
  - C) Pode responder, objetivamente, por ato de improbidade administrativa, o agente público e seus prepostos de qualquer nível ou hierarquia.
  - D) Aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade, constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública.

- 55.** Conforme dispõe a Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, marque a alternativa correta.
- A) O princípio da segurança jurídica veda a revisão das decisões proferidas pela Administração Pública no âmbito dos processos administrativos de que resultem sanções.
  - B) O princípio da segurança jurídica veda a aplicação retroativa de nova interpretação da norma administrativa.
  - C) O recurso administrativo terá sempre efeito suspensivo.
  - D) Dirigido o recurso a autoridade que proferiu a decisão, é proibida, em qualquer hipótese, a reconsideração.
- 56.** A respeito da estrutura da Administração Pública, entes, órgão e Atos Administrativos, assinale a alternativa correta.
- A) A criação de subsidiárias de empresas públicas, de sociedades de economia mista e de fundações, depende de autorização legislativa, em cada caso.
  - B) A desconcentração ocorre mediante a constituição de autarquias, fundações e empresas públicas.
  - C) O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em três anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.
  - D) O ato administrativo que, ao analisar requerimento de particular para porte de arma, o defere é a licença.
- 57.** Sobre a Lei nº 8.666/93, a qual estabelece as normas gerais sobre licitações e contratos administrativos, assinale a alternativa correta.
- A) Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de dez dias corridos para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas neste artigo, facultada, no caso de convite, a redução deste prazo para oito dias corridos.
  - B) Os crimes definidos na Lei nº 8.666/93 são de ação penal pública condicionada à representação.
  - C) Em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos no País, produzidos ou prestados por empresas brasileiras, produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País, produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
  - D) A licitação será sigilosa, sendo, contudo, públicos e acessíveis ao público os atos de seu procedimento, inclusive quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura.
- 58.** Sobre a intervenção do Estado na propriedade, especialmente quanto à intervenção supressiva, consubstanciada na desapropriação, marque a alternativa correta.
- A) O Poder Legislativo não poderá tomar a iniciativa da desapropriação, cumprindo apenas e exclusivamente ao Poder Executivo praticar todos os atos necessários à desapropriação.
  - B) É lícita, independentemente de decreto do Presidente da República, a desapropriação, pelos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, de ações, cotas e direitos representativos do capital de instituições e empresas cujo funcionamento dependa de autorização do governo federal e se subordine à sua fiscalização.
  - C) A desapropriação não poderá abranger a área contígua necessária ao desenvolvimento da obra a que se destina, e as zonas que se valorizarem extraordinariamente, em consequência da realização do serviço, sendo o Poder Público compelido a instituir Contribuição de Melhoria para esta finalidade.
  - D) Quando a desapropriação destinar-se à urbanização ou à reurbanização realizada mediante concessão ou parceria público-privada, o edital de licitação poderá prever que a receita decorrente da revenda ou utilização imobiliária integre projeto associado por conta e risco do concessionário, garantido ao poder concedente, no mínimo, o ressarcimento dos desembolsos com indenizações, quando estas ficarem sob sua responsabilidade.
- 59.** Conforme as normas dispostas no Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940), assinale a alternativa correta.
- A) Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio, configura o delito de apropriação indébita, previsto no art. 168 do Código Penal.
  - B) Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, configura o crime de Concussão.
  - C) Inserir ou facilitar, o funcionário autorizado, a inserção de dados falsos, alterar ou excluir indevidamente dados corretos nos sistemas informatizados ou bancos de dados da Administração Pública, com o fim de obter vantagem indevida para si ou para outrem ou para causar dano, configura o crime de Condescendência criminosa, previsto no art. 320 do Código Penal.
  - D) Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal, configura o crime de Corrupção passiva.
- 60.** A respeito dos crimes falimentares previstos e tipificados na Lei nº 11.101/2005, assinale a alternativa correta.
- A) Configura fato atípico, punido apenas na órbita civil e administrativa, a conduta do falido de exercer atividade para a qual foi inabilitado ou incapacitado por decisão judicial.
  - B) Configura fato atípico a conduta do falido de adquirir, receber, usar, ilícitamente, bem que sabe pertencer à massa falida ou influir para que terceiro, de boa-fé, o adquira, receba ou use.
  - C) Violar, explorar ou divulgar, ainda que por justa causa, sigilo empresarial ou dados confidenciais sobre operações ou serviços, contribuindo para a condução do devedor a estado de inviabilidade econômica ou financeira, configura o crime falimentar de favorecimento de credores.

D) Constitui crime falimentar de fraude a credores a conduta de praticar, antes ou depois da sentença que decretar a falência, conceder a recuperação judicial ou homologar a recuperação extrajudicial, ato fraudulento de que resulte ou possa resultar prejuízo aos credores, com o fim de obter ou assegurar vantagem indevida para si ou para outrem.

---

## **FOLHA DE RASCUNHO**

---

